

**HABEAS CORPUS Nº 515.284 - RS (2019/0167682-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
YARA NASARIO - RS014162  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JORDAN SOUZA COUTINHO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JORDAN SOUZA COUTINHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravio Regimental em Agravo em Execução n. 0079114-17.2019.8.21.7000).

Consta dos autos que Juiz da execução reconheceu falta grave, determinou o rebaixamento da conduta para péssima, a regressão de regime ao fechado, a alteração da data-base e a revogação de 1/3 dos dias remidos.

Inconformada, a defesa interpôs Agravo em execução perante a Corte estadual, mas o recurso foi desprovido de forma monocrática (e-STJ fl. 139):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO. COMETIMENTO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO, JÁ COM CONDENAÇÃO. MANUTENÇÃO DO RECONHECIMENTO DA FALTA GRAVE. ART. 52 DA LEP. Recorrente descumprimento de suas condições de apenado, pois durante o cumprimento da pena envolveu-se em delito de roubo majorado, já havendo sentença condenatória. O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena sequer depende do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal Instaurado para apuração do fato. A simples notícia do cometimento já é suficiente para caracterizar a falta. Não reconhecer a falta grave e deixar de aplicar os consectários legais, em casos como o presente, seria o mesmo que tratar de modo igual os apenados que cumprem sua pena de forma ílibada e aqueles que cometem faltas graves.*

*Orientação dominante neste Tribunal e STJ. DECISÃO A QUO MANTIDA AGRADO DESPROVIDO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. COM BASE NO ART. 932, IV. "o", DO CPC c/c ART. 3º DO CPP.*

Ainda insatisfeita, a defesa interpôs Agravo Regimental contra a decisão acima, postulando o juízo de retratação. O Agravo, no entanto, foi desprovido (e-STJ fl. 167):

*AGRAVO REGIMENTAL AGRADO EM EXECUÇÃO. COMETIMENTO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO. JÁ COM CONDENÇÃO. MANUTENÇÃO DO RECONHECIMENTO DA FALTA GRAVE. ART. 52 DA LEP. Recorrente descumpriu suas condições de apenado, pois durante o cumprimento da pena envolveu-se em delito de roubo majorado, já havendo sentença condenatória. O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena sequer depende do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato. A simples notícia do cometimento já é suficiente para caracterizar a falta. Não reconhecer a falta grave e deixar de aplicar os consectários legais, em casos como o presente, seria o mesmo que tratar de modo Igual os apenados que cumprem sua pena de forma ilibada e aqueles que cometem faltas graves. Orientação dominante neste Tribunal e STJ. DECISÃO A OUO MANTIDA AGRADO DESPROVIDO. UNÂNIME.*

Nesta ocasião, a Defensoria Pública alega que o reconhecimento de falta grave em razão de crime sem condenação definitiva afronta o princípio da presunção da inocência.

Aduz que a regressão de regime não é obrigatória nos casos de reconhecimento de falta grave, devendo o art. 118, I, da LEP ser interpretado à luz do princípio da individualização da pena e do caótico sistema carcerário brasileiro.

Firma o entendimento do Tribunal gaúcho, no sentido de ser ilegal a alteração da data-base, em razão de falta de previsão legal.

Por fim, aponta ausência de motivação concreta nas decisões combatidas, em estabelecerem a perda máxima de dias remidos em razão de falta grave por cometimento de crime, bem como em se limitarem em mencionar a gravidade da falta, frisando que tratou-se de roubo sem utilização de arma de fogo, que certamente não tem a mesma gravidade que um latrocínio ou homicídio, por exemplo.

Dessa forma, pretende, tanto em liminar quanto no mérito, a cassação do acórdão coator.

É o relatório. Decido.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

